

DEBATE SOBRE O PRIMEIRO ANO DO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE: *Política econômica**Um resultado⁶² notável e muitas incógnitas*

MARIO HENRIQUE SIMONSEN

A grande realização da política econômica brasileira em 1995 foi a redução da taxa de inflação a cerca de 20%. Para um país que desde 1980 vinha patinando em taxas anuais de inflação de três a quatro dígitos, esse é um resultado notável, capaz de explicar os altos índices de aprovação popular ao Governo Fernando Henrique Cardoso e a recuperação da imagem externa do país. O êxito da política de estabilização foi o resultado de uma administração macroeconômica coerente, baseada na desindexação e no ativismo monetário. A desindexação era parte da concepção inicial do Plano Real, tendo-se iniciado em 1º de julho de 1994, com a substituição da URV pela nova moeda legal. O ativismo monetário foi a solução encontrada para salvar um plano de estabilização que prometera um ajuste fiscal que não conseguiu cumprir e que abusara da âncora cambial no segundo semestre de 1994.

O Plano Real se baseara numa promessa de ajuste fiscal a ser cumprida em duas etapas: a de transição, a ser proporcionada pela criação do Fundo Social de Emergência e pelo Imposto Provisório sobre a Movimentação Financeira, e a definitiva, que seria o resultado das reformas constitucionais. As contas do setor público realmente fecharam com um superávit operacional de 0,5% do PIB em 1994, mas pelo impacto do aumento da receita, e não pela contenção de despesas. De fato, a eliminação do imposto inflacionário, o restabelecimento do crédito ao consu-

midor e os generosos aumentos do funcionalismo público federal superaqueceram a demanda a níveis insustentáveis. A inflação só pôde ser contida pela valorização cambial de 17% e pela abertura das importações. O preço, todavia, foi o aparecimento de déficits comerciais que projetavam déficits externos em conta corrente de 4% a 5% do PIB. A crise mexicana mostrou quão imprudente era contar com capitais externos de curto prazo para financiar tais déficits.

Era preciso, antes de mais nada, desaquecer a economia, e a solução ideal teria sido o prometido ajuste fiscal. Infelizmente, apesar de todo o discurso de austeridade, e apesar de a carga tributária bruta ter subido a 31%, as contas do setor público fecharam 1995 com um déficit operacional de 3,5% do PIB, por causa dos aumentos do funcionalismo e da dívida pública nos três níveis de governo. Isto posto, para conter a inflação e ajustar as contas externas, o Banco Central tratou de colocar a taxa de juros na estratosfera, além de dar maior flexibilidade às bandas cambiais. Houve, também, algum recuo na política de abertura comercial. Os resultados do segundo semestre projetam um déficit externo em conta corrente de 2% do PIB, cifra financiável por investimentos diretos e capitais de longo prazo, e as reservas de

US\$ 50 bilhões dissipam qualquer temor de crise cambial.

Infelizmente o ajuste macroeconômico via juros estratosféricos tem altos custos: inibição dos investimentos, crises de inadimplência, crises bancárias, aumento dos encargos da dívida pública. A resultante desses fatores adversos é uma taxa de crescimento econômico medíocre, de 3% a 4% ao ano. O que preocupa é que não parece haver melhor alternativa no horizonte visível, não pela lentidão

das reformas constitucionais, mas pela sua falta de densidade. Delas, a única que pode ajudar a resolver a questão fiscal é a reforma administrativa. A da previdência, tal como proposta, é apenas uma reforma defensiva, que evita

que o sistema entre em rota de insolvência. O projeto de reforma tributária é um título à busca de um enredo, e a privatização marcha em ritmo tão lento que sequer detém o crescimento da dívida pública.

Numa palavra, ao livrar-nos da hiperinflação, o Plano Real restaurou a respeitabilidade da economia brasileira. Mas para crescermos de 7% ao ano, como fizemos no período 1950-1980 e como hoje crescem os tigres asiáticos ainda há muitas equações a resolver, a primeira das quais é a do ajuste fiscal.

MARIO HENRIQUE SIMONSEN
economista.

O PLANO REAL RESTAUROU A RESPEITABILIDADE DA ECONOMIA BRASILEIRA

